



Relatório de Gestão

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

2019 - 2020



MPDFT
60 ANOS



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Apresentação

Este relatório apresenta um resumo das principais realizações da Gestão 2019-2020, conduzida pela equipe da Administração Superior do MPDFT em cumprimento à missão constitucional de defender a sociedade do Distrito Federal na proteção dos direitos coletivos e individuais e na fiscalização da lei.

Nesse sentido, observou-se um crescimento amplo e sustentável na atuação deste Ministério Público, em especial, por meio do fortalecimento da atividade-fim e do atendimento à população, que precisou ser revisto a partir de 2020, com a decretação do estado de Pandemia.

Nesse ambiente desafiador, em que 98% dos servidores passaram a trabalhar de suas casas, em regime integral ou parcial, a partir de março de 2020, o MPDFT apresentou aumento de produtividade e fortaleceu sua atuação nas áreas que mais requerem atenção durante a pandemia.

A criação de uma Força-Tarefa para coordenar e acompanhar ações de combate e prevenção ao Coronavírus no MPDFT, bem como a atuação do Grupo de Combate ao Crime Organizado - Gaeco e das demais promotorias com atribuição em diversas áreas correlatas, ganhou projeção nacional pela qualidade do trabalho desenvolvido.

Nesse cenário, foi preciso rever internamente uma série de processos e adotar medidas de apoio ao público interno no desenvolvimento das atividades diárias. O atendimento à população foi reformulado, de tal maneira que não impusesse riscos de contaminação nem aos cidadãos nem aos integrantes do MPDFT. A preocupação com a saúde e a defesa da vida tornaram-se a grande prioridade.



O propósito que move essa a atual gestão, desde o seu primeiro mandato, que é a modernização da atuação ministerial por meio do aprimoramento do uso da tecnologia, ganhou novo impulso por meio de parcerias que permitiram o compartilhamento de dados, a aquisição de sistemas mais modernos e a adoção de novas tecnologias em apoio à atividade investigativa.

Tudo isso foi possível por meio da obtenção de suplementações ao orçamento do MPDFT advindas da destinação de mais de R\$ 57 milhões oriundos de recomposição autorizada pelo Tribunal de Contas da União, após esforço da Procuradoria-Geral da República que contou com o apoio desta Administração Superior.

Esses valores permitiram o fortalecimento das áreas de tecnologia e pessoal, entre outras. Além disso, ressalta-se um esforço conjunto para economia de recursos financeiros e naturais, por meio da redução do consumo de água, energia elétrica e papel, entre outros. A economia advinda da revisão de contratos de serviços também contribuiu substancialmente para a otimização de recursos no MPDFT.

Ao observar as iniciativas relatadas a seguir, o leitor verá que este Ministério Público fortaleceu iniciativas voltadas à humanização da Justiça, por meio de projetos de autocomposição. Fortaleceu também a comunicação e a aproximação com a sociedade.

Os feitos relatados neste documento não abarcam todas as iniciativas dos últimos dois anos, uma vez que é preciso resumir, mas trazem a dimensão do comprometimento das pessoas que integram o MPDFT. Uma equipe composta por membros, servidores e colaboradores altamente qualificados e dedicados à missão de servir a sociedade.

Este documento relata ainda a disposição que temos para construir parcerias e colaborar com outras instituições públicas, sempre com o intuito de auxiliar na

melhoria da prestação de serviços e da garantia dos direitos dos cidadãos do Distrito Federal.

A todos que integram este MPDFT, às instituições que se uniram às nossas propostas e à sociedade local, que nos confiou esse trabalho, meus sinceros agradecimentos em nome de toda equipe que integrou a Administração Superior na gestão 2019-2020; em nome da equipe que permanece e passou a integrar a gestão atual.

Muito obrigada!

Fabiana Costa

*Procuradora-Geral de Justiça
do Distrito Federal e Territórios*

1- Gestão orçamentária

Desde o ano de 2016, com o agravamento do cenário econômico, reforçado pelo limite de gastos imposto pela emenda constitucional nº 95/2016, o orçamento do MPDFT sofreu cortes significativos, o que levou a Administração Superior a adotar medidas restritivas de modo a assegurar o mínimo de recursos orçamentários necessário para viabilizar a manutenção do Órgão dentro de desejáveis padrões de atendimento e prestação de serviços.

Este cenário restritivo, embora ainda persista, foi amenizado pela recomposição orçamentária/financeira autorizada em decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União em reconhecimento à necessidade de correção do cálculo do teto de gastos estabelecido para o Ministério Público da União (MPU). Essa decisão é resultado de articulação direta da Procuradoria-Geral da República, com amplo apoio do MPDFT.

Nesse contexto, foram autorizados nos exercícios de 2019 e 2020, créditos suplementares decorrentes de recomposição orçamentária, em favor do MPDFT, no montante de R\$ 57,2 milhões. Graças a essa recomposição, foi possível cobrir despesas essenciais e dar seguimento a projetos em diversas áreas.

No ano de 2019 e no primeiro semestre de 2020 houve aporte total de R\$ 20,2 milhões, que foram distribuídos da seguinte maneira:

Planassiste: R\$ 1,9 milhões

Pessoal: R\$ 6,8 milhões

Custeio/Investimento: R\$ 11,5 milhões



Além disso, como resultado de uma política de otimização de recursos e da redução de contratos decorrente do período de pandemia, a Instituição registrou economia na ordem de R\$ 2,8 milhões. Esses valores foram destinados ao reforço de iniciativas estratégicas para a Instituição.

No segundo semestre de 2020, outra parcela da recomposição, que corresponde a R\$ 37 milhões, foi destinada para as seguintes áreas:

Planossiste: R\$ 8,3 milhões

Pessoal: R\$ 14,8 milhões

Tecnologia da Informação: R\$ 13,9 milhões

Historicamente, a Administração Superior do MPDFT também realiza esforços para maximizar a aplicação dos recursos orçamentários em projetos que resultem no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Tal fato se reflete nas execuções dos recursos autorizados anualmente que atingiram 97,92% no exercício de 2018, 97,62% no de 2019 e 99,34% em 2020.

2- Implantação do PJe e criação do NeoGab

Uma das principais realizações dessa gestão foi o lançamento do NeoGab, em junho de 2019. Com o novo sistema, pela primeira vez, desde o início da implantação do Processo Judicial eletrônico - PJe no MPDFT, foi possível integrar ações, tanto de membros quanto de servidores, em uma única plataforma. A unificação do eGab e do NeoSispro viabiliza o desenvolvimento de um trabalho conjunto e articulado entre equipes. Com o esforço concentrado, as respostas às demandas passam a ser mais céleres e assertivas e o processo de expansão do PJe torna-se mais fácil e tranquilo. A partir dele, é possível, ainda, aprimorar iniciativas importantes, como o incremento da atuação estratégica do MPDFT, o teletrabalho e a gestão sustentável de recursos materiais e humanos.



Outra realização é a implantação do PJe nas Varas Criminais. Para isso, foi elaborada uma cartilha contendo o procedimento para cadastro e protocolo de petição criminal no eGab. O documento está disponível na Intranet para consulta. Também foi disponibilizada nova versão do Manual de Digitalização, com informações imprescindíveis no tocante à digitalização dos inquéritos policiais.

Ainda em relação ao PJe, é possível destacar:

- a) Mais de 1,5 milhão de manifestações realizadas;
- b) Integração com a justiça eleitoral;
- c) Implantação das varas criminais;

- d) Ferramenta específica para envio de processos eletrônicos às Câmaras de Coordenação e Revisão e julgamento nos casos de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP);
- e) Habilitação para o peticionamento das instâncias eleitorais;
- f) Diversas ferramentas de facilitação da operação do processo eletrônico;
- g) Neosigner, tecnologia para a assinatura de peças processuais;
- h) Início do desenvolvimento do processo extrajudicial eletrônico;
- i) Digitalização dos inquéritos policiais.

3- Fortalecimento da área investigativa e das ações de inteligência

3.1 Reestruturação do CI e do Gaeco

Uma das prioridades da gestão 2019-2020 foi o fortalecimento das ações de inteligência e das áreas de investigação. Em especial, o fomento à democratização dos recursos tecnológicos e a ampliação do acesso a dados e ao conhecimento. Com esse objetivo, o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) passou por uma reestruturação, que visa ao aperfeiçoamento de procedimentos internos e externos. A intenção é permitir que a área mantenha o foco nas ações mais complexas, de inteligência e contra-inteligência.

Importante destacar a conquista de recursos da ordem de R\$ 28 milhões, advindos da aprovação de projeto apresentado pelo CI e pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) junto ao Fundo de Direitos Difusos (FDD). Entre as 119 propostas concorrentes, a do MPDFT foi aprovada após apresentação de projeto no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tal conquista propicia o aprimoramento tecnológico e a modernização da estrutura do CI e do Gaeco.

O CI também celebrou Acordo de Cooperação Técnica com a finalidade de compartilhamento legítimo e legal de dados e interoperabilidade de sistemas corporativos informatizados da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e do MPDFT. O objetivo é auxiliar os partí-



cipes no desempenho de suas funções institucionais na área-fim de suas atividades.

Em 2019 e 2020, o Gaeco deflagrou 17 operações e colaborou com outras 17. Essa atuação rendeu 78 pri-

sões, 91 pessoas denunciadas e 85 ações ajuizadas.

Além disso, o Gaeco requereu R\$ 203.702.358,27 de reparação de danos e a Justiça determinou a indisponibilidade de bens no valor de R\$ 244.241.360,18.

Merece destaque a Operação Falso Negativo, que teve 341 alvos e prendeu o secretário de Saúde do DF em exercício e mais 8 pessoas. Somadas as 3 fases, foram 15 pessoas denunciadas e R\$ 19.427.289,39 bloqueados para futuro ressarcimento ao erário.



3.2 Proteção de dados e combate a crimes cibernéticos

Nessa mesma linha, destacam-se a criação do Núcleo Especial de Combate a Crimes Cibernéticos (Ncyber) e o fortalecimento da Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial (Espec). Também foi criado o Programa de Governança de Dados Pessoais (PGDP), composto por representantes de áreas estratégicas na condução do assunto. Entre essas estão:, a Assessoria Especial para o Processo Eletrônico, a Ouvidoria, a Espec e a Secretaria-Geral. A iniciativa visa implementar, no MPDFT, as diretrizes, obrigações e direitos oriundos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), do Marco Civil da Internet e das demais normas que tratam sobre privacidade e proteção de dados pessoais.

3.2.1 Comitê Executivo de Privacidade

Em setembro de 2020, foi instituído o Comitê Executivo de Privacidade, com vistas a adequação das atividades do MPDFT ao Programa de Governança de Dados Pessoais e adaptação das atividades do MPDFT à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Nesse sentido, no final do segundo semestre, foi criada página específica no site do MPDFT, também na Intranet, sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, bem como desenvolvidas atividades para adequação do MPDFT à LGPD.

3.2.2 Núcleo Especial de Combate a Crimes Cibernéticos - Ncyber

O Núcleo Especial de Combate a Crimes Cibernéticos (Ncyber) foi implantado nessa gestão com o objetivo de oferecer apoio qualificado às promotorias de Justiça do DF, especialmente em ações que envolvam o uso de tecnologias cibernéticas na prática criminosa. Entre as diversas iniciativas, merece destaque a denúncia contra 22 integrantes de uma organização criminosa especializada em aplicar golpe para furtar correntistas de diversas instituições financeiras. A quadrilha atuava no Distrito Federal, na Paraíba, em Santa Catarina e São Paulo. Só em Brasília, foram mais de 40 vítimas e os prejuízos chegam a R\$ 1 milhão.

O Núcleo também prestou apoio à operação “Poderoso Chefão”, deflagrada contra suspeitos de integrarem uma organização criminosa armada, especializada na prática de furtos mediante fraude a contas bancárias de vítimas de diversos Estados e do Distrito Federal. Os prejuízos arcados por pessoas físicas e jurídicas ultrapassam R\$ 2,5 milhões. Com o fim das investigações, o Ncyber apresentou denúncia contra 31 pessoas.

Evento de implantação do Núcleo Especial de Combate a Crimes Cibernéticos



3.2.3 Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial - Espec

Na atuação extrajudicial, a Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial (Espec) tem aproximadamente 40 investigações que versam sobre o tratamento de dados pessoais dos brasileiros. Nos últimos dois anos, a área firmou quatro Termos de



Coordenador da Espec, promotor de Justiça Frederico Meinberg

Ajustamento de Conduta e expediu duas recomendações, que foram acatadas. Em relação à atuação judicial, propôs 12 ações, com destaque à Ação Civil Pública em que o Ministério Público obteve a suspensão da venda de dados pessoais pela Serasa Experian e protegeu os dados de aproximadamente 150 milhões de brasileiros. Foi uma

das primeiras decisões do Poder Judiciário com base na recente Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Além disso, a Unidade promoveu o curso “Crianças e Tecnologia – CriTec”, disponibilizado para toda a sociedade por meio da plataforma de ensino a distância.

Em relação a esse tema, também é possível destacar:

a) Security Day: Realização do Security Day, evento criado com o intuito de orientar na prevenção contra crimes virtuais e vazamentos de dados. Segurança das informações pessoais, proteção de fotos, vídeos e demais arquivos nos dispositivos conectados à internet e em redes sociais e demais aspectos relacionados à privacidade em ambiente virtual estiveram entre os temas abordados.

b) “De olho na segurança”: Lançamento da cartilha “De olho na segurança”, iniciativa da Secretaria de Tecnologia

Cartilha “De olho na segurança”



de Informação (STI) e da Secretaria de Segurança Institucional (SSI) do MPDFT com o objetivo de oferecer dicas sobre como gerenciar senhas e como proceder em caso de perda ou roubo de celular.

3.3 *Ciência de dados*

Também foi criado Núcleo de Ciência de Dados (NCD), por meio da Portaria nº 682/2020, com o propósito de executar e supervisionar os projetos do Programa de Estruturação da Plataforma de Ciência de Dados (Prodados).

Além disso o núcleo visa gerenciar métodos e ferramentas de ciência de dados, a fim de sistematizar a análise de dados na produção do conhecimento dos dados ativos do MPDFT e, em parceria com unidades internas e externas, gerar insumos para a tomada de decisão e melhoria da eficiência principalmente na atividade-fim.

3.4 *Convênios e Parcerias*

Entre os diversos convênios firmados com instituições públicas e privadas, merece destaque a colaboração com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que tem o objetivo de capacitar membros e servidores no combate à criminalidade, principalmente a que envolve recursos tecnológicos.

Foi firmada parceria, ainda, com a Polícia Militar para acesso à base de dados do sistema Gênesis, o que possibilita consultar ocorrências e outras informações relevantes à atuação ministerial.



Assinatura do termo de convênio com a Agência Brasileira de Inteligência



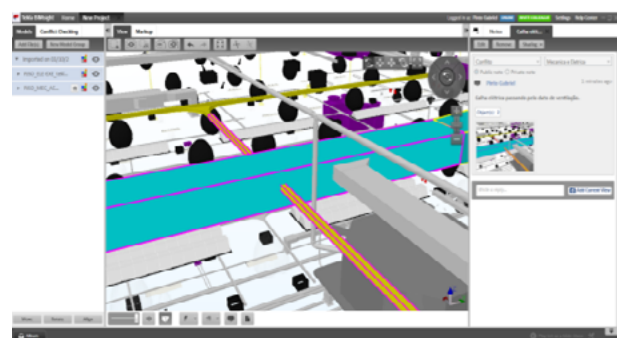
4 - Avanços Tecnológicos

4.1 Building Information Modelling - BIM



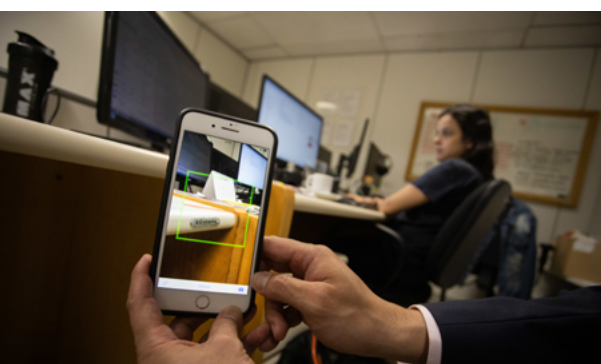
Equipe da Secretaria de Planejamento e Obras, responsável pelo BIM

O MPDFT adotou a metodologia Building Information Modelling (BIM) ou Modelagem da Informação da Construção. A plataforma BIM permite a elaboração de projetos de modo integrado com todas as especialidades de construção. O MPDFT calcula ter conseguido implantar a metodologia com custo até três vezes inferior quando comparado a outras instituições. Essa economia tornou-se possível graças ao envolvimento dos servidores da casa, que realizaram todo o trabalho, o que permitiu dispensar a contratação de consultoria especializada e reduzir custos em até R\$ 1,5 milhão. Desde a implementação da metodologia, o MPDFT tornou-se referência para outros órgãos. A publicação do Caderno de Projetos e de Gestão de Edificações em BIM, que orienta sobre a implantação da ferramenta, teve mais de mil acessos em apenas 24 horas.



4.2 Inventário

O MPDFT inovou ao criar um aplicativo para levantamento de bens móveis do inventário global da instituição. Os objetos foram registrados por meio de leitor de código de barras inserido no aplicativo desenvolvido pelo órgão para smartphones. O relatório final tem 34.378 itens catalogados e foi concluído em uma semana.



4.3 Mapa Social sobre Educação

Foi lançado, em julho de 2019, o projeto-piloto do Mapa Social na área da Educação. A iniciativa, desenvolvida pela Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC), compila, em um único sistema, dados de instituições que atuam na defesa e na promoção da educação no país, como Ministério da Educação, Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Secretaria de Educação e Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. O sistema permite, por exemplo, obter informações sobre a quantidade de matrículas na educação básica por região administrativa, o orçamento previsto para a pasta e os gargalos que existem na prestação do serviço educacional.

4.4 Sistema de Pesquisa Integrada - PIN

Com foco na área investigativa, também foi lançado o Sistema de Pesquisa Integrada (PIN), que permite consulta a diversas bases de dados para localização de possíveis endereços de pessoas físicas e jurídicas incluídas em processos judiciais ou em procedimentos extrajudiciais no qual o MPDFT atua.



Lançamento do Sistema de Pesquisa Integrada.

4.5 Sarah - Sistema de Atendimento e Resposta Automatizada Humanizada



Olá, eu sou a Sarah, assistente virtual do MPDFT!
Como posso ajudá-lo?

Foi lançada, em dezembro de 2020, uma ferramenta virtual para atendimento de demandas e resolução de problemas de diversas unidades da área de TI meio por meio de chat inteligente.

4.6 Investimento em equipamentos e softwares e renovação do parque computacional

A iniciativa teve como objetivo aprimorar a infraestrutura de TI, resultando assim em maior desempenho, maior segurança e maior disponibilidade de todos os serviços de TI, essenciais para o funcionamento da casa. Foram comprados 1.550 microcomputadores e 2.000 monitores para modernização de máquinas dos usuários. Também foram adquiridos quatro aparelhos de videowall para tratamento para apresentações e cursos.



Videowall instalado na sala do Conselho Superior

4.7 Facilidades para os usuários do Planassiste

Foram disponibilizadas as carteiras dos planos de saúde no aplicativo do MPDFT para smartphones. A emissão de guias foi facilitada por meio da assistente Sarah.



5- Aprimoramento da Estrutura Administrativa

A estrutura simplificada de cartório foi expandida, contando agora com a adesão de 14 Coordenadorias das Promotorias de Justiça. A ideia do projeto é permitir a otimização da força de trabalho com base no impacto da implementação do PJe.

A atual gestão também incrementou funções comissionadas e cargos em comissão. Em dezembro de 2018, eram 635 cargos em comissão e 818 funções de confiança. Em dezembro de 2020, esse número aumentou para 670 e 822, respectivamente.

Em fevereiro de 2020 foi aprovado o [Novo Regimento Interno da Instituição](#), com atualizações realizadas ao longo do ano para acompanhar a Estrutura.



6- Autocomposição e ANPP

6.1 Projetos

Em 2018 havia quatro projetos do Programa Permanente de Incentivo à Autocomposição. Ao longo da gestão 2018-2020 o número mais que dobrou e os projetos receberam reconhecimento do CNMP. Atualmente, há um programa institucional e nove projetos:

a) Acordar: construindo consenso por meio de soluções compartilhadas: tem o objetivo de difundir princípios da gestão de conflitos organizacionais e promover a mediação organizacional no âmbito do MPDFT;

b) Mediação Comunitária: visa estabelecer a mediação comunitária no âmbito do MPDFT por meio de capacitação, acompanhamento e encontros de supervisão. Em 2019, o projeto ganhou o Prêmio CNMP em 1º lugar na categoria profissionalização da gestão;

c) Criando e Recriando Laços: tem a proposta de fomentar a mediação de conflitos e práticas restaurativas, em especial círculos de construção de paz, por meio da capacitação dos profissionais dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes do Distrito Federal;

d) Mediação Cível e Familiar: tem foco na realização de mediações de conflito, no contexto de famílias de tutelados e curatelados, e oficinas de pais e filhos em famílias de pais separados;

e) MP Solidário: visa promover, por meio de ações do MPDFT, a conscientização da sociedade sobre a importância da solidariedade e da cidadania para o gerenciamento dos conflitos surgidos durante e após



Equipe do Programa Permanente de Incentivo à Autocomposição

a pandemia, com ênfase na adoção de práticas auto-compositivas para a resolução desses conflitos;

f) Diálogos Inclusivos: a representatividade da população carcerária restaurada por meio da família: com o objetivo de implementar espaço dialógico, por meio dos círculos de construção de paz, com familiares de internos do Sistema Prisional no Distrito Federal. O projeto foi selecionado para Banco de Boas Práticas do CNMP;

g) Programa Escutando o Cidadão: tem foco no acolhimento, na oitiva, no acesso a informações, na atenção e proteção às vítimas de delitos e seus familiares. Em 2020 foi lançada a campanha “Você foi vítima de crime?”. Programa selecionado para Banco de Boas Práticas do CNMP;

h) Mediação no Contexto Escolar: objetiva incentivar a mediação escolar e círculos de construção de paz por meio da formação de profissionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal no âmbito do MPDFT, em parceria com o Grupo de Apoio à Segurança Escolar (Gase);

i) Reconstruir Vidas: diálogo com familiares e amigos de pessoas desaparecidas: tem a proposta de implementar espaço dialógico, por meio dos círculos de construção de paz, com familiares e amigos de pessoas desaparecidas, em fase de implementação;

j) Encontros Empáticos – CNV entre nós: criação de espaço dialógico voltado aos integrantes do MPDFT para difusão de habilidades autocompositivas, em especial as habilidades de comunicação não-violenta.

6.2 Oficina de Parentalidade

A Oficina de Parentalidade, ação do projeto Mediação Familiar, é uma atividade educacional para famílias que enfrentam mudanças que acontecem com o fim

do relacionamento dos pais ou com o reconhecimento de paternidade. A parceria entre o MPDFT e o TJDFT possibilitou a ampliação tanto dos locais, passando de 9 circunscrições judiciárias para 16, quanto da quantidade de oficinas. Em 2019 foram realizados 3.032 atendimentos, um crescimento de 57% em relação ao quantitativo de pessoas atendidas nas oficinas de parentalidade no ano anterior. Em 2020, o sistema de atendimento foi adaptado para o ambiente virtual.

6.3 Propagação da Autocomposição

Um dos pilares da Autocomposição é a consolidação de uma cultura voltada para o diálogo e a construção de consenso. Na gestão 2018-2020, em parceria com a Secor, ocorreram 28 ações com temas relacionados à Autocomposição, entre cursos, oficinas, seminários e palestras, totalizando 411 horas de atividades, com 1.112 participantes, dos quais 617 são integrantes do MPDFT. Merecem destaque, a palestra internacional realizada em parceria com o Pnud, os Seminários de Autocomposição, realizados anualmente, e o Seminário “Acordo de Não Persecução Penal – um novo caminho para Justiça Criminal”, primeiro online no MPDFT. No modelo autoinstrucional, destaca-se o curso Gestão Positiva de Conflitos disponibilizado para a sociedade.

6.4 Formação de mediadores e facilitadores

Foram realizadas 10 mediações de conflitos e 30 círculos de construção de paz. A capacidade de realização de mediações e círculos de construção de paz está diretamente vinculada ao quadro de mediadores e facilitadores de círculos habilitados. No período de 2018-2020, 66 mediadores e facilitadores de círculos concluíram o módulo teórico. Foram realizados 108 encontros, somando 319 horas de supervisão.

6.5 Acordo de Não Persecução Penal - ANPP

Com o intuito de uniformizar a atuação do MPDFT nos casos em que há possibilidade de acordo de não persecução penal (ANPP), em março de 2020, foi promovido encontro temático. Antes do encontro, os membros enviaram questionamentos e teses sobre a aplicação da lei e proposições de métodos de trabalho ou rotinas administrativas. A Assessoria de Políticas Institucionais (API) compilou o material, que foi discutido por meio de grupo de WhatsApp que permaneceu ativo mesmo após a realização do encontro. Depois, as propostas foram discutidas e votadas online.

Em fevereiro de 2020, foi instituída Comissão de Estudos, formada por membros de áreas diversas, para subsidiar a produção de normativos e protocolos sobre o ANPP no âmbito do MPDFT. Foi disponibilizada uma página específica sobre o ANPP na Intranet, onde atualmente estão compilados os materiais de referência produzidos pelo MPDFT e por outros órgãos, incluindo-se aí o Fluxograma para celebração de Acordos de Não Persecução Penal.

7- Atuação estratégica e apoio à atividade-fim

7.1 Criação do Núcleo de Defesa da Vida

Como estímulo a ações que permitam atuação mais estratégica por parte do MPDFT, foi criado o Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida. A iniciativa tem como objetivo coordenar e dar unidade às atividades das promotorias do Júri que existem no DF. A ideia é ajudar a desenvolver e ampliar boas práticas, apoiar tecnicamente e operacionalmente os promotores do Júri e fortalecer os locais em que há excesso de demanda.



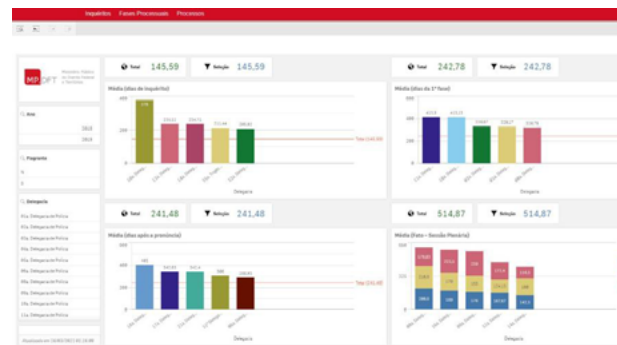
O promotor Raoni Parreira Maciel, durante apresentação do VERUM, sistema para controlar as sessões plenárias do Júri.

Com essa criação, foi possível ampliar projetos relacionados à temática, como o Projeto Foragidos, desenvolvido na Promotoria do Guará, que utiliza a inteligência e o cruzamento de dados para localizar fugitivos da Justiça. O projeto-piloto teve início em 2018 e conseguiu encontrar seis dos sete foragidos da região. Há casos em que criminosos estavam foragidos há 15 anos e, graças ao projeto, foram localizados e recebem devida resposta da Justiça.

Outra iniciativa é o projeto Verum, que visa compreender em suas singularidades e particularidades como as instituições atuam na responsabilização dos autores dos crimes de homicídio. Além do Núcleo, o projeto envolve a Secretaria de Tecnologia de Informação (STI), a Corregedoria, a Secretaria de Segurança Institucional e todas as promotorias que atuam nos Tribunais do Júri. Foram desenvolvidas ferramentas de tecnologia da informação e “Business Intelligence” com a finalidade de documentar e extrair as informa-

ções pertinentes dos processos e inquéritos. Dessa forma, será possível apurar as taxas de resolução dos inquéritos, os percentuais de condenação, e os prazos despendidos em cada uma das fases do processo. A ferramenta permite dividir as ocorrências por tipo de crime, local de ocorrência e arma utilizada. É possível, ainda, distinguir os flagrantes delitos.

O Núcleo atuou diretamente em 110 sessões plenárias ao longo dos últimos 2 anos, sempre com solicitação do promotor natural, apoiando as promotorias quando havia excesso de trabalho ou em casos cuja complexidade exigia atuação conjunta.



7.2 Fortalecimento do Núcleo de Direitos Humanos

O Núcleo de Direitos Humanos do MPDFT passou a contar com a dedicação exclusiva de duas promotoras de Justiça que trabalham no acompanhamento de políticas públicas voltadas à temática. Os resultados já podem ser sentidos com o lançamento do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid) e o projeto que reúne políticas para a população de rua.



Os Núcleos também são responsáveis por importantes pesquisas, como os recém-lançados estudos sobre os serviços voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher e sobre a prevenção ao feminicídio. Destaca-se, ainda, a publicação da estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Mulher, obtida por meio de ação civil pública. Também realizaram diversas atividades de capacitação sobre temas como racismo, sexismo, Lei Maria da Penha, violência obstétrica, entre outros, e lançaram cartilhas para difundir informações e orientações sobre temas de interesse.

7.3 Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional



O quadro de servidores do Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (Nupri) também foi fortalecido durante essa gestão. Atualmente, o sistema prisional do DF enfrenta séria crise em razão, principalmente, da grave superlotação carcerária aliada ao baixo quadro de servidores. Diante desse contexto, o Nupri adota relevantes

medidas na promoção e na defesa dos direitos coletivos dos presos e dos internados, na busca pela preservação da dignidade do preso e da diminuição dos índices de reincidência. Entre as iniciativas, estão a recomendação para contratação de agentes penitenciários, fiscalização da alimentação fornecida aos presos, da saúde e de casos de improbidade administrativa e combate a organizações criminosas. Em 2020, o Nupri realizou 35 inspeções no sistema prisional. Desse total, 31 foram feitas durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

Na esfera criminal, só em 2019, diversas investigações resultaram na deflagração de ações penais contra oito agentes penitenciários, todas em razão da prática de violência contra presos. Durante essa gestão, foram realizadas quatro operações pelo núcleo, o que resultou em 44 pessoas denunciadas.

- a) Operação Continuum, contra integrantes de organização criminosa com atuação no sistema prisional;
- b) Operação Guardiã, que objetivou desarticular uma célula de uma facção criminosa paulista que atua em todo o território nacional, inclusive no Distrito Federal, na prática de diversos crimes, como roubos e tráfico de drogas;

- c) Operação Gravata, deflagrada com a Operação Guardiã;
- d) Operação Peso de Ouro, que teve como objetivo verificar o cumprimento dos três contratos de alimentação atualmente em vigor no sistema prisional.

7.4 Coordenação de Recursos Constitucionais

A Coordenação de Recursos Constitucionais (CRC) elabora, principalmente, recursos especiais e extraordinários contra decisões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O MPDFT também interpõe recursos extraordinários e especiais junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra decisões de segunda instância proferidas pelo TJDF. Durante essa gestão, a CRC atuou em 20.280 processos, sendo 10.090 ciências, 6.483 recursos, 3.009 manifestações e despachos e mais 698 outras manifestações.



Equipe de promotores de Justiça do ARC

Entre os temas submetidos aos Tribunais Superiores pela CRC, estão improbidade administrativa, estupro de vulnerável, dosimetria da pena, exame criminológico, violência doméstica, tráfico de drogas e muitos outros.

Promotora de Justiça Selma Leão,
da Assessoria Criminal

7.5 Assessoria Criminal



Cabe à Assessoria Criminal dar apoio técnico à atuação do procurador-geral de Justiça na esfera criminal, especialmente quando o investigado possuir prerrogativa de foro.

Destaca-se, durante a presente gestão, as seguintes ações:

- a) Deflagração da Operação Absentia, que investiga fraudes nas listas de presença da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- b) Elaboração de notas técnicas, orientações e enunciados no que diz respeito a Lei Anticrime, Lei de Abuso de Autoridade, Acordo de Não Persecução Penal e decisão do STF sobre o Coaf;
- c) Relatório de Análise Crítica do Novo Código de Processo Penal, dirigido ao Congresso Nacional;
- d) Participação na Comissão Especial do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM), que elaborou os enunciados interpretativos da Lei nº 13.964/2019 – Lei Anticrime;
- e) Orientação do Acordo de Não Persecução Penal no âmbito do MPDFT;
- f) Participação no Seminário Acordo de Não Persecução Penal – Um novo caminho para a Justiça Criminal, realizado no período de 25 a 26 de junho de 2020;
- g) Participação nas tratativas para implementação da videoconferência no Sistema de Justiça do Distrito Federal e Territórios, como medida preventiva para a redução de riscos de contaminação com o Coronavírus, causador da Covid-19;
- h) Participação no 1º Seminário Internacional sobre Justiça Negociada, ANPP e Alternativas Penais, realizado nos dias 19, 20, 26 e 27 de novembro de 2020;
- i) Deflagração da 2ª Fase da Operação Falso Negativo, em atuação conjunta ao Gaeco;
- j) Deflagração da Operação Alpha 19, que investiga crimes cometidos no âmbito da CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal.

7.6 Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial e Núcleo de Combate à Tortura

Uma das ações de maior destaque do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (Ncap), durante essa gestão, foi a recomendação à Administração Superior da Polícia Civil do DF (PCDF) para alterar Portaria 75/2007 - PCDF a fim de evitar “carteiradas”, ou seja, a utilização do cargo de policial para o acesso indevido a eventos, shows e atrações. O núcleo também requisitou à PCDF a apuração de agressões sofridas por enfermeiros e jornalistas durante manifestações em maio de 2020.



Promotores do Ncap, Leonardo Borges e Gilberto Coelho.

Foram feitos 1.495 atendimentos ao público e 407 processos instaurados:

- a) 332 Notícias de fato;
- b) 4 Inquéritos Cíveis Públicos;
- c) 33 Procedimentos Administrativos;
- d) 16 Procedimentos de Investigação Criminal;
- e) 3 Habeas Corpus e Liberdade Provisória;
- f) 10 Ações Penais Ordinárias;
- g) 5 Ações de Improbidade Administrativa;
- h) 2 Ações para Cumprimento de Sentença;
- i) 1 Termo Circunstanciado com proposta de transação penal;
- j) 1 Cautelar Inominada Criminal.

Desde 2019, o Ncap/NCT tem utilizado o WhatsApp para enviar comunicados, notificações e informações as pessoas interessadas nos autos em trâmite na unidade, gerando uma maior celeridade nas diligências efetuadas, bem como economia de gasto com gasolina, deslocamento de servidores, correios, papel, entre outros.

7.7 - Assessoria Civil e de Controle de Constitucionalidade

Em relação aos resultados da atuação da Assessoria no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade de leis distritais, os membros que atuam na área se mani-

festaram em dezenas de ações diretas de inconstitucionalidade em tramitação perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).



Tais processos resultaram em 22 declarações de inconstitucionalidade de leis no ano de 2019. Já em 2020, foram alcançadas 20 normas e até julho deste ano o número chega à marca de 12 atos

do Poder Público local considerados contrários à Lei Orgânica do DF. Além disso, 12 diretrizes foram suspensas pelo TJDFT em decisão liminar de 2019 até hoje.

8- Aproximação com a sociedade

8.1 Projeto Aproximação

O Projeto Aproximação é uma iniciativa da atual gestão e tem o objetivo de ampliar o diálogo e aprimorar a comunicação entre as unidades do MPDFT. A ideia

é fortalecer os canais interlocutores, aprimorar ferramentas que aproximam e estimulam a integração institucional. O projeto prevê, por exemplo, a definição de uma pessoa em cada unidade para facilitar a difusão de ações importantes que ocorrem no local, além de divulgar de ações sociais realizadas na região em parceria com o MPDFT, uma forma de aproximar a população deste Ministério Público.



Confira as promotorias que receberam a equipe da Administração Superior, os projetos que foram apresentados e as instituições que recebem apoio do MPDFT:

- a) Planaltina: Projeto Despertar;
- b) Brazlândia: Rede Social de Brazlândia e Obra Social Santa Isabel;
- c) São Sebastião: Mediação Comunitária;
- d) Gama: Obras Benedita Cambiagio;
- e) Santa Maria: Obras Benedita Cambiagio;

- f) Infância e Juventude: Autocomposição;



g) Paranoá: Projeto Elos por Elas, Segurança no Trânsito, Você Tem Outra Opção e Campanha do Livro Jurídico;

h) Águas Claras: Dialogar é Prevenir.

8.2 *Record nas Cidades*

Desde o início de 2019, o MPDFT tornou-se parceiro do evento “Record TV nas cidades” com o objetivo de apresentar à população local projetos institucionais. O evento ocorre cada vez em uma região administrativa diferente. São oferecidos serviços como atendimentos de saúde, tratamentos estéticos e emissão de documentos. O MPDFT já participou de diversas edições nas cidades: Ceilândia, Taguatinga, Gama, Samambaia, Sobradinho, São Sebastião e Recanto das Emas. Na ocasião, foram realizados atendimentos da Ouvidoria do MPDFT, além de ações relacionadas aos projetos “Repensar histórias”, “Portas Abertas”, “Como anda meu ônibus”, “Escutando o Cidadão”, “Pai Legal”, entre outros.

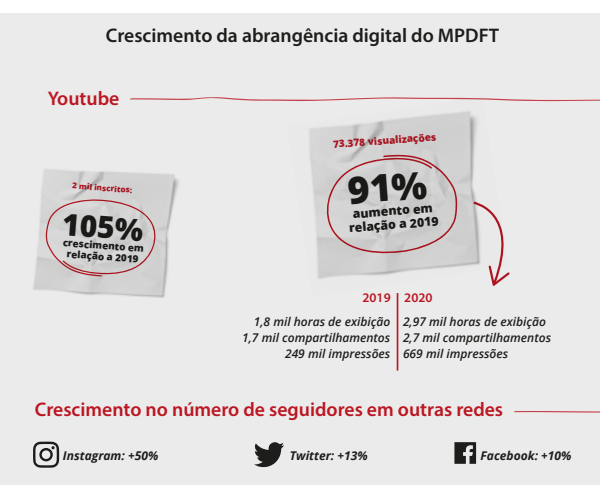


Participação do MPDFT no “Record TV nas Cidades”, em São Sebastião.

10- Comunicação com os públicos interno e externo

10.1 - Redes Sociais

De dezembro de 2018 a dezembro de 2020, houve aumento de 283% no número de seguidores do perfil do MPDFT no Instagram, 258% no YouTube e 26% no Twitter. Só em 2020, foi percebido aumento de cerca de 50% no número de seguidores no Instagram, 105% no Youtube e 10% no Twitter.

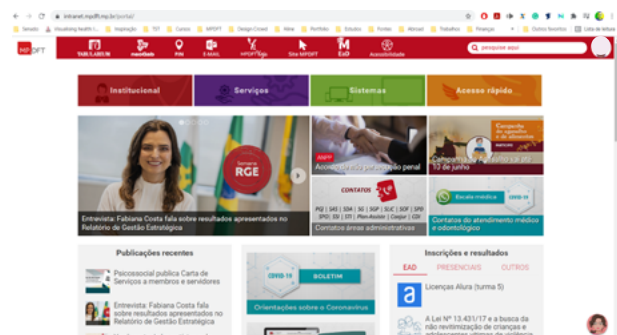


A produção de vídeos institucionais aumentou 283%, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2020. Só em 2020, foram produzidos mais vídeos, 165 no total, que em todo o ano de 2019 e 2018 somaram 99 produções. Dos vídeos institucionais produzidos neste ano, 40% foram destinados a informar à população sobre questões relacionadas à pandemia.

No Youtube, em 2019, foram registrados 958 inscritos e 38.351 visualizações, o que representa um crescimento de 65% em relação ao ano anterior. Foram 1,8 mil horas de exibição, 1,7 mil compartilhamentos e 249 mil impressões. Em 2020, já foram quase 2 mil inscritos, crescimento de 105% em relação a 2019, e 73.378 visualizações, aumento de 91% em relação ao ano anterior. Neste ano, o trabalho foi ampliado para 2,97 horas de exibição, 2,7 mil compartilhamentos e 669 mil impressões.

10.2 - Comunicação Interna

Em abril de 2019 foi lançada a nova intranet que, somada ao aprimoramento da newsletter MPDFT Hoje, representa um novo posicionamento da comunicação interna da instituição. Em 2019, foram publicadas 462 matérias na Intranet da Casa e em 2020, 548 notícias, o que representa aumento de 18% do total publicado durante todo o ano anterior.



Página inicial da nova intranet.

10.3 - Comunicação Externa

Em 2019, foram publicadas 704 matérias no portal do MPDFT na Internet. A soma representa um incremento de 27% no total de publicações no site em relação ao ano anterior. Em 2018, foram publicadas 553 notícias. Em 2020, foram publicadas 816 matérias. Com a pandemia, o número de publicações no site saltou cerca de 16% em relação ao ano passado. Se consideramos somente as notícias relacionadas ao Coronavírus, a pandemia foi responsável por um aumento da ordem de 24%.

O número de atendimentos à imprensa também aumentou no período. Durante todo o ano de 2019, a Secretaria de Comunicação (Secom) e a Assessoria de Imprensa da PGJ (AIPGJ) realizaram quase 2 mil ações de relacionamento com a imprensa, entre contatos proativos com jornalistas para divulgações de interesse da Instituição e respostas às demandas jornalísticas. Em 2020, a Secom e a AIPGJ realizaram mais de 2.200 atendimentos.

Em 2019, foram veiculadas 11.114 matérias sobre o MPDFT na Imprensa, o que corresponde a mais de R\$ 558 milhões em mídia espontânea. Em 2020, foram veiculadas 18.546 notícias, o que representa mais de R\$ R\$ 637 milhões em mídia espontânea. Neste ano,

o número de matérias sobre o MPDFT veiculadas na mídia teve aumento na ordem de 66%.

Esses números permitem concluir que, em 2020, a produtividade do serviço de atendimento à imprensa teve aumento de 48% em relação ao ano anterior. Em 2019, o MPDFT obteve quase 1 milhão de visualizações de páginas únicas, que são visitas por página do site do MPDFT realizadas por usuários diferentes em cada sessão de acesso. O número é 78% maior que os 546 mil registrados no ano de 2018. Este ano, a média de visualizações aumentou em 16%, cerca de 1,12 milhão de visualizações durante o período.

10.4 - Criação

Em 2019, foram realizadas 287 ações de criação, entre campanhas, diagramação de documentos e cartilhas, desenvolvimento de logomarcas, identidade visual e peças avulsas para divulgação e publicação de textos. O número representa 26% de aumento em relação ao ano anterior e envolve tanto público interno quanto externo.

Em 2020, foram realizadas 322 ações de criação, entre campanhas, diagramação de documentos e cartilhas, desenvolvimento de logomarcas, identidade visual e peças avulsas para divulgação e publicação de textos. O número representa 12% de aumento em relação ao ano anterior e envolve tanto público interno quanto externo. Neste período, foram desenvolvidas 113 campanhas informativas tanto para o público interno e externo, uma média de aproximadamente 10 por mês.

11- Sustentabilidade e redução de custos

Em relação ao Plano de Logística Sustentável (PLS), as economias chegaram a atingir a casa dos 67% nos gastos com água mineral em razão da política de substituição de bebedouros por purificadores. Também houve uma redução de 21% no gasto com papel.

A contratação de serviços de telefonia fixa com a empresa Claro S.A., a partir de adesão à ata de registro de preços, resultou em uma redução de custos destes serviços em cerca de 90%, uma vez que o valor bienal do atual contrato é de R\$ 44.159,02, enquanto o anterior, que foi rescindido com a Oi S.A. tinha um valor anual de R\$ 216.544,56.

Merece destaque ainda a descontaminação das lâmpadas fluorescentes, que consiste na retirada do mercúrio existente em 4.105 lâmpadas fluorescentes descartadas no MPDFT.



Capa do Plano de Logística Sustentável

11.1 Obras

Em relação às mudanças na estrutura física que contribuem para a redução de consumo de recursos naturais e para a economia de recursos financeiros, destacam-se:

Obras na Sede



a) Construção de reservatórios de aproveitamento de água pluvial nos edifícios das Promotorias de Justiça do Gama, da Infância e Juventude, de Samambaia, de Planaltina e no edifício Sede, e ampliação do sistema em Brasília II;

b) Substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED mais eficientes e econômicas;

c) Substituição dos postes de concreto localizados nas áreas externas dos edifícios das Promotorias de Justiça do Gama e da Infância e Juventude;

d) Implantação de controle e supervisão do sistema de irrigação da Sede e dos edifícios das Promotorias de Justiça de Brasília II e de Taguatinga;

e) Substituição dos equipamentos de ar-condicionado - chillers dos edifícios das Promotorias de Justiça de Planaltina e do Paranoá por equipamentos novos e mais eficientes.

Obras de reservatórios pluviais em Samambaia



Recuperação da fachada externa no edifício do Paranoá.

11.2 *Eliminação de documentos*

A Administração Superior instituiu o protocolo para a eliminação de 1.489 caixas de arquivo repletas de documentos sem valor jurídico ou administrativo para o MPDFT. A iniciativa seguiu a Resolução nº 158/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que instituiu o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (Planame). No biênio 2019-2020, foram eliminadas 2.289 caixas de arquivo do acervo finalístico, o equivalente 14.878 quilos de documentos. Além de proporcionar economia de espaço físico no Arquivo Central e nas promotorias do MPDFT, os mecanismos a médio prazo vão diminuir os custos financeiros necessários à guarda e ao tratamento das centenas de papéis que tramitam diariamente na instituição.

11.3 *Leilão de bens*

Em 2019, foram alienados 48 lotes de bens inservíveis sob responsabilidade da SDA, das Secretarias de Atenção à Saúde, Segurança Institucional, de Projetos e Obras, Tecnologia da Informação e da Seção de Cultura, arrecadando um total de R\$ 221.729, já descontados os custos de publicação que correm às expensas do MPDFT.

8- Revisão do Planejamento Estratégico

12.1 Planejamento Estratégico 2010-2020

Foi deliberada, em reunião do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, a prorrogação do Planejamento Estratégico 2010-2020 por mais um ano e o ajuste do cronograma do Plano de Projeto do novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI) que passou a ser de 2022-2026. A decisão aconteceu em virtude do contexto não oportuno para a execução de fases de elaboração do novo ciclo estratégico, cuja participação e escuta dos servidores se fazem essenciais.



12.2 Elaboração do novo Planejamento Estratégico Institucional 2022-2026

A elaboração foi desenhada contemplando cinco etapas. A primeira foi a elaboração da Cadeia de Valor Institucional e a segunda é o Diagnóstico Institucional, elaborado com base nos resultados obtidos nas escutas internas e pesquisas interna e externa.

A elaboração da cadeia de valor foi conduzida pela Secretaria de Planejamento (Secplan) e construída de forma colaborativa com a participação de representantes de todos os processos que integram os macroprocessos. Após a consolidação da primeira versão, foi realizada divulgação e chamamento a todos os integrantes do MPDFT para colaborarem com apresentação de sugestões. As sugestões pertinentes, após avaliação da equipe técnica responsável, foram incluídas na versão final apresentada para validação e institucionalização.

A Cadeia de Valor é um importante instrumento estratégico de gestão que possibilita ter uma compreensão global do funcionamento do MPDFT e de como as atividades desenvolvidas geram valor para a instituição e para a sociedade.

13 - Gestão de Pessoas

13.1 Fortalecimento da Força de Trabalho

Em dezembro de 2018, foi homologado o 10º Concurso Público do Ministério Público da União para os cargos de Técnico do MPU/Administração e Analista do MPU/Direito. Entre dezembro de 2018 e dezembro de 2020, 72 servidores foram nomeados para o MPDFT, sendo 37 no cargo de Técnico do MPU/Administração e 35 no cargo de Analista do MPU/Direito.



Posse de servidores aprovados no 10º Concurso Público do MPU

Com a homologação do concurso, foi possível repor as vacâncias sem impacto orçamentário. Além disso, considerando as limitações orçamentárias que impedem o incremento do quadro permanente, buscou-se outras formas para a recomposição do quadro de pessoal, com o ingresso de servidores cedidos, requisitados, sem vínculo com a Administração, estudantes em programa de estágio obrigatório e prestadores de serviço voluntário. Nesse período houve o ingresso de:

- 9 servidores cedidos;
- 3 servidores requisitados;
- 85 servidores sem vínculo com a Administração;
- 45 estudantes em estágio obrigatório;
- 159 prestadores de serviço voluntário.

13.2 Processo seletivo de estágio

Em 2020, foi autorizada a realização de novo Processo Seletivo para a contratação de estagiários dos cursos de Direito e Informática. O Edital do Processo Seletivo foi publicado em 4 de agosto de 2020.

Em razão das limitações orçamentárias dos últimos anos, o MPDFT atualmente possui apenas 23 estagiários de nível superior das áreas de psicologia e serviço social, os quais auxiliam as atividades da Coordenadoria Executiva Psicossocial e dos Setores de Análise Psicossociais das Coordenadorias das Promotorias de Justiça.

A previsão é que, com a realização do processo seletivo, o número de estagiários no órgão aumente significativamente no próximo ano.

13.3 Ampliação do teletrabalho

A adesão ao teletrabalho tem crescido de forma expressiva. Atualmente, 538 servidores possuem autorização para atuar em regime de teletrabalho. Em pesquisa realizada em março de 2019 junto às chefias dos servidores, o MPDFT constatou os seguintes resultados:

- 80% dos chefes consideram que a qualidade do trabalho produzido em teletrabalho é equivalente ou superior àquele produzido presencialmente;
- 96% consideram que houve aumento na motivação dos servidores após o início do teletrabalho;
- 94% consideram que não houve prejuízo na comunicação entre a chefia, equipe e os servidores em teletrabalho;



- 94% consideram que os benefícios advindos do teletrabalho compensam o tempo dispendido com orientações para sua execução.

13.4 Modernização da Gestão de Pessoas

Desde dezembro de 2018, várias iniciativas foram tomadas para a modernização dos sistemas e procedimentos da Secretaria de Gestão de Pessoas. Entre eles, destacam-se:

a) Disponibilização do Contracheque no Aplicativo do MPDFT: em dezembro de 2019, a Secretaria de

Tecnologia da Informação (STI) acrescentou no aplicativo do MPDFT a possibilidade de consulta aos contracheques. Tal funcionalidade permite a consulta diretamente nos celulares, de forma simples e ágil.

b) Nova SGPedia: em maio de 2020, foi lançada a nova SGPedia, ferramenta para consulta aos principais temas de gestão de pessoas. Nela é possível localizar legislação, formulários e perguntas e respostas acerca de mais de 50 assuntos. A reformulação teve como

principal foco facilitar o acesso à informação pelos integrantes do órgão. A página está mais intuitiva e fácil de navegar, além de estar integrada à nova Intranet.

c) Novos canais de comunicação: com o intuito de ampliar as formas de comunicação com os integrantes do MPDFT, desde junho de 2019 a Secretaria de Gestão de Pessoas tem enviado os seus comunicados por meio do WhatsApp. Além disso, desde março de 2020, a SGP também realiza o atendimento por meio do WhatsApp. Tal medida visa modernizar a forma de atendimento e fornecer um canal de fácil contato com a unidade.



d) Autorização para desenvolvimento de novos sistemas: no primeiro semestre de 2020, foi iniciado o desenvolvimento de soluções que visam simplificar e modernizar procedimentos relacionados à gestão de pessoas. Essas soluções trarão economicidade para o órgão, automatizando diversos procedimentos que atualmente são realizados manualmente por membros e servidores.

e) Portal de Licenças e Afastamentos: desde outubro de 2020, os integrantes do MPDFT podem realizar os pedidos de alguns afastamentos, como licença gestante, paternidade e casamento, entre outros, diretamente no Portal de Gestão de Pessoas, de forma fácil e intuitiva.

14- Educação e Desenvolvimento Corporativo

14.1 Treinamento, Desenvolvimento e Educação: TD&E

Em 2019, a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo (Secor) promoveu 550 ações de TD&E e somou 5.305 capacitações, em 9.600 horas de treinamento, distribuídas em 258 eventos presenciais, 291 a distância e uma ação telepresencial.



Em 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19 e dos impedimentos para realizar atividades presenciais, a Secor se reorganizou para atender às demandas de TD&E na modalidade telepresencial. Para esse novo formato de atuação foram envidados esforços de várias unidades do MPDFT para aquisição de ferramentas tecnológicas que possibilitassem a transmissão de atividades telepresenciais, de maneira a garantir a qualidade das ações.

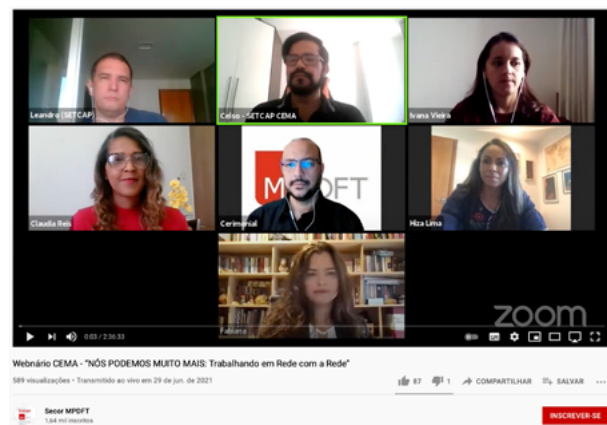
a) Ações Internas de TD&E: Foram realizadas 315 ações de capacitação com foco no público interno do MPDFT, o que correspondeu a 42.648 horas de treinamento, com emissão de 3003 certificados, sendo:

- 252 atividades à distância (EaD);
- 42 telepresenciais;
- 21 presenciais.

b) Ações externas de TD&E: foram adquiridas 853 vagas, realizadas por entidades privadas, o que correspondeu a 7.379 horas de treinamento.

c) Comunidades virtuais: são canais de comunicação criados para discutir temas de interesse do MPDFT. Em 2020 foram criadas três comunidades - uma para o público interno, que discutiu o tema teletrabalho em tempos de pandemia, e duas comunidades para o público externo, que deram suporte aos projetos Rede Urbanidade e MP Solidário – com um total de 255 inscritos.

d) Compartilhamento de Atividades de TD&E com a Sociedade: Durante a pandemia, a Secor implementou o projeto de compartilhamento de atividades educacionais, colocando à disposição do público externo cursos EaD autoinstrucionais que foram desenhados para atender o público interno, mas que pela universalidade do tema foram compartilhados com a sociedade. Foram disponibilizadas 4 ações educacionais, com um total de 1.038 inscritos entre os meses de maio e dezembro.



e) Curso para cidadão com suspensão condicional da pena: Foram disponibilizadas duas atividades para o cidadão que se encontra em cumprimento de suspensão condicional de pena, atendendo a projetos institucionais. Nas duas atividades houve 616 inscritos.

f) YouTube: As ações telepresenciais e em EaD compartilhadas pelo Youtube atingiram um total de 49.064 visualizações no período de 2018 a 2020:

- 32.195 foram visualizadas no ano de 2020, o que corresponde 65% do total de visualizações nos últimos 3 anos, com um aumento de aproximadamente 175% do número de visualizações do ano anterior;

- 11.702 foram visualizadas no ano de 2019, o que corresponde a 23,9% do total de visualizações;
- 5.167 foram visualizadas no ano de 2018, o que corresponde a 10,50% do total de visualizações.

14.2 Desenvolvimento Organizacional

a) Em 2019:

- Licença para capacitação: 343 concedidas;
- Progressões funcionais: 1.230 efetivadas;
- Promoções funcionais: 94 efetivadas concedidas;
- Dimensionamento da força de trabalho: foi dimensionada a força de trabalho da Secor e iniciado dimensionamento da força de trabalho das Coordenadorias das Promotorias de Justiça de - Sobradinho e de São Sebastião, bem como da SDA.
- Mapeamento de competências específicas: foram mapeadas as competências específicas da Secor e da Ascon.

b) Em 2020:

- Licença para capacitação: 478 concedidas;
- Progressões funcionais: 2.270 concedidas;
- Promoções funcionais: 327 concedidas;
- Dimensionamento da força de trabalho: foram finalizados o dimensionamento das Coordenadorias das Promotorias de Justiça de Sobradinho e de São Sebastião, bem como da SDA, somando 45 unidades dimensionadas e com a escuta de 130 servidores do MPDFT e terceirizados. Foi iniciado o dimensionamento das Coordenadorias das Promotorias de Justiça

de Recanto das Emas e do CI, com um total de 11 unidades dimensionadas e com escuta de 57 servidores.

- Mapeamento de competências específicas: foram mapeadas as competências específicas da SDA em 2020, gerando 10 competências específicas, 76 referenciais de desempenho e 1 Avaliação de Necessidades Educacionais. As competências específicas das Coordenadorias das Promotorias de Justiça serão mapeadas quando for concluído o dimensionamento de todas as unidades. Foi dado início em 2020 ao mapeamento das competências específicas do CI.

15- Projetos Institucionais

Durante a atual Gestão foram elaborados 37 projetos. Ao longo de 2019, foram 22 projetos executados, 15 voltados a resultados para a sociedade, 2 relaciona-

dos a atividades internas e 5 a pessoas, clima organizacional e tecnologia. Já em 2020, foram 15 no total, sendo 10 voltados a resultados para a sociedade, 2 para atividades internas, e 3 para pessoas, clima organizacional e tecnologia.

A maior parte deles tem relação com o objetivo estratégico Cidadania Fortalecida. São eles:

- a) Acessibilidade em Libras;
- b) Diálogos Inclusivos: a representatividade da população carcerária restaurada por meio da família;
- c) Falando sobre vida: prevenção ao suicídio;
- d) Incentivo à mediação de conflitos e Práticas restaurativas no contexto escolar;
- e) Mapa Social da Saúde;
- f) Mapa Social da Educação;

g) Ministério público como agente de fomento e monitoramento da política pública de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher;

h) MP Solidário;



- i) NaMoral;
- j) NaMoral – itinerário formativo;
- k) Pés na rua: política para inclusão social da população em situação de rua do DF;
- l) Rede Urbanidade: Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo do Distrito Federal;
- m) Sistema Protetor: acompanhando as curatelas em todo o Distrito Federal;
- n) Valorize a vida no trânsito - segunda edição.

15.1 Oficialização de projetos

Além de estimular a inovação por meio de projetos, a Administração Superior oficializou iniciativas desenvolvidas nas diversas áreas da Casa. A medida é importante, pois permite que ações inovadoras sejam institucionalizadas, o que garante continuidade e apoio constante para seu desenvolvimento e aprimoramento, além de permitir a expansão de boas práticas para outras unidades da Casa.

15.2 Reconhecimento

Em 2019, o projeto “Mediação comunitária”, da Promotoria de São Sebastião, levou o primeiro lugar no Prêmio CNMP na categoria Profissionalização da Gestão. O projeto tem como objetivo difundir práticas de mediação para estimular a comunidade a desenvolver mecanismos próprios de solução de conflitos com base no diálogo e na participação social. Além dele, o projeto Proteção In-



tegral à Mulher em situação de violência doméstica, do Núcleo de Gênero Pró-Mulher, ficou em terceiro lugar na categoria Profissionalização da Gestão.

Já em 2020, o projeto “NaMoral” foi agraciado com o segundo lugar na categoria Redução da Corrupção. A iniciativa apresenta como objetivo fomentar a integridade e a cidadania em dez escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio de diálogo e ações educativas que promovam o engajamento dos alunos na missão de transformar sua escola em um ecossistema de integridade.

16 - Saúde e bem-estar

Para garantir a saúde física e mental dos integrantes do órgão, o MPDFT oferece acolhimento e acompanhamento psicossocial. Foram realizados mais de 1000 atendimentos desde o início desta gestão até dezembro de 2020. Em relação à atenção a equipes de trabalho, 39 pessoas foram atendidas apenas em 2019.



Além disso, em 2019, foram disponibilizados por dia, na Sede, três Práticas Integrativas para os integrantes da Casa (yôga, pilates, ginástica laboral, funcional, meditação, quick massage, forró/zumba). Além da Sede, também foram atendidas as promotorias de Brasília II, do Paranoá, de São Sebastião, do Gama, de Planaltina, Sobradinho, Taguatinga, Águas Claras, Ceilândia, Brazlândia, Samambaia e Infância e Juventude. Desde o início da gestão, foram oferecidas cerca de 2.700 aulas.

Sobre a saúde musculoesquelética, foram realizados mais de 300 atendimentos em fisioterapia desde o início da gestão. Durante o isolamento, um vídeo foi gravado pela médica fisiatra da Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida (Apres) para dar dicas

práticas para um melhor posicionamento na mesa de trabalho, neste momento de trabalho remoto, para evitar sobrecarga nas articulações, na coluna vertebral, e evitar as dores crônicas.

16.1 Programas e projetos

a) Programa Despertar: em 2019, foram realizadas cinco oficinas do Programa Despertar em Brasília II, Santa Maria, Paranoá, Sobradinho e Planaltina, totalizando 59 participantes.

b) Tecendo o Amanhã – Qualidade de vida após a aposentadoria: em 2019, foi oferecida uma turma para os integrantes do MPDFT, com 9 encontros.

c) Projeto de Mãos Dadas;

d) Grupo de Gestantes: em 2019, foram promovidos três encontros.

e) Biofeedback Cardíaco: em 2019, foram realizados 116 atendimentos individuais.

f) Autoconhecimento e bem-estar financeiro: em 2019, foram atendidas 12 pessoas.

g) Ciclo de palestras: foram realizadas 8 palestras, com temas como prevenção ao suicídio, migração do regime de Previdência e Coronavírus.

h) Campanha de vacinação contra a gripe por meio de reembolso.

Durante o isolamento social causado pela pandemia do novo Coronavírus, a Apres deu continuidade aos atendimentos psicossociais por meio de telefone, e-mail e aplicativos de videoconferência. Como forma de fornecer orientações de como manter a saúde mental durante a pandemia, também foi gravado e disponibilizado um vídeo na intranet.

17- Segurança Institucional

Em dezembro de 2019, começaram os treinamentos referentes à segunda fase do projeto-piloto Descentralização da Segurança Institucional. Nesta fase, 26 agentes de segurança já participaram do treinamento.

17.1 Aquisições

- a) 80 armas de fogo direcionados aos agentes de segurança;
- b) Aquisição e instalação de sistema de monitoramento por vídeo na Corregedoria-Geral do MPDFT, aprimorando a segurança e o controle da unidade.

17.2 Conscientização de segurança

- a) Elaboração de informativo com orientações em caso de recebimento de ameaças por meio eletrônico;
- b) Elaboração de informativos e folders de orientações de segurança, com base em aspectos levantados em Avaliações de Segurança realizadas nas Coordenadorias de Promotorias de Justiça.



17.3 Projetos

- a) Gestão de riscos em oitivas de internos e menores em conflito com a Lei: visa estabelecer protocolo de medidas de segurança durante estas ações no âmbito do MPDFT, por meio de ações de treinamento e normatização dos procedimentos;

b) Gestão de riscos em visitas domiciliares: visa padronizar e uniformizar os procedimentos de segurança em visitas domiciliares, por meio de ações de treinamento, desenvolvimento de sistema eletrônico para realização dos pedidos e gestão das informações relacionadas a visitas e proposição de protocolo padrão de boas práticas.

18- Diálogo Interinstitucional

A busca do diálogo, do consenso e da colaboração entre instituições é uma prioridade para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Graças à interlocução com órgãos públicos dos três poderes da União, com o Executivo, o Judiciário e o Legislativo locais, além de organizações civis e associações que desenvolvem projetos que se relacionam com as atribuições ministeriais, o MPDFT consegue estabelecer parcerias que otimizam seu trabalho e asseguram os recursos financeiros necessários à continuidade de sua atuação, principalmente os que estão focados na apresentação de resultados para a sociedade.



18.1 Lei de Abuso de Autoridade

Desde que o projeto de lei de abuso de autoridade ganhou destaque na pauta do Legislativo, a Administração Superior do MPDFT participou de encontros com autoridades do Executivo e do Legislativo.

18.2 Orçamento e Emendas



Após articulação da Administração Superior com deputados da Câmara Legislativa do DF, o MPDFT contribuiu para a aprovação de emendas orçamentárias importantes para a sociedade do Distrito Federal. O Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PL nº 430/2019) foi aprovado pelo plenário

da CLDF, que indicou recursos para a infância e para o sistema prisional. A Administração Superior participou de reunião para discutir o orçamento do MPU, na Câmara dos Deputados. No encontro, foram abordadas a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40, que retira os investimentos públicos da base de cálculo do teto de gastos; e os parâmetros do teto de gastos impostos ao Ministério Público.

18.3 Lei 279/2018

O MPDFT participou, ainda, da discussão no Senado



Federal de projeto de lei 279/2018, que restitui aumento de pena no crime de roubo cometido com auxílio de arma branca. Na mesma semana da aprovação do projeto, a Procuradoria-geral de Justiça oficiou a Presidência do Senado e encaminhou contribuição técnica e jurídica à discussão da proposta.

18.4 Fundo de Combate à Corrupção

O MPDFT participou da discussão do projeto de Lei nº 6.335, que criou o Fundo de Combate à Corrupção (FDCC) do Distrito Federal e contribuiu com a formulação do texto da proposta. A instituição é integrante do Conselho de Administração do FDCC.

Outros acompanhamentos:

- a) Comissão do Superendividamento;
- b) Indicações ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- c) Projeto lei de combate às Fake News.

18.5 Acordos de Cooperação Técnica e outras parcerias

Em 2019, foram estabelecidos 14 Acordos de Cooperação Técnica. Em 2020, foram 20. Entre as diversas parcerias, destacam-se:

- a) Cessão, pelo MPDFT, do software Sistema Eleitoral – Votus, para a administração e realização de eleições no MPCE, MPAM, TJDF e Conselho Nacional dos Direitos Humanos;
- b) Colaborações em ações de treinamento, desenvolvimento e educação com a Universidade de Syracuse;
- c) Cessão do NeoGab, criado pelo MPDFT, para realização do controle de processos judiciais eletrônicos no MPPI;
- d) Cessão, do MPPR, ao MPDFT do Sistema Protege - Proteção à Pessoa Acometida de Transtorno Mental;
- e) Convênio com a Abin, para capacitação de membros e servidores;
- f) Parceria com a Polícia Militar para acesso à base de dados do sistema Gênesis;
- g) Cessão do direito de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), criado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), ao MPDFT;
- h) Compartilhamento de cursos virtuais e gratuitos do Portal IRB Conhecimento, hospedado no site do Instituto Rui Barbosa, com enfoque no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

19 - Melhorias nas instalações físicas

A Secretaria de Projetos e Obras (SPO) realizou ações,

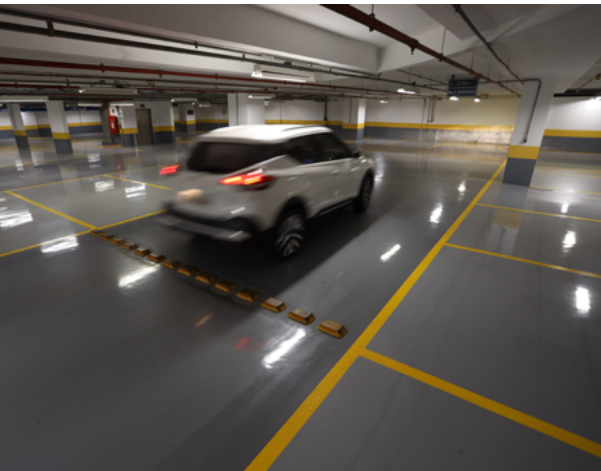
essencialmente, de adoção de medidas que promovem a recuperação de patologias dos edifícios, de implementação de sustentabilidade e acessibilidade nas edificações, de modernização de equipamentos de grande porte e de melhoria no conforto dos ambientes de trabalho.

19.1 Recuperação de patologias nas edificações

a) Impermeabilização da laje do auditório da Sede, com o objetivo de solucionar os problemas de infiltrações e recuperar os trechos de estrutura danificados pela infiltração de água, preservando o patrimônio público, garantindo a segurança dos usuários e a solidez da edificação.



b) Recuperação da cobertura e fachada no edifício das Promotorias de Justiça



do Paranoá, com o objetivo de sanar as infiltrações provenientes da cobertura e restaurar a fachada do edifício em razão do descolamento das pastilhas. Essas intervenções visam assegurar a ocupação plena do edifício, garantir a salubridade e qualidade dos ambientes de trabalho, bem como preservar a integridade da edificação.

Obras na Sede

c) Recuperação do piso da garagem da Sede, com o objetivo de reparar os problemas de desgaste, com a aplicação de revestimento de alta resistência já utilizado e testado em outras unidades do MPDFT.

d) Reparo no reservatório de esgoto da Sede. Foram identificados problemas nas vedações das tampas do reservatório e essa intervenção permitirá acesso ao local para a realização das manutenções corretivas e inspeções de rotina. Ademais, serão instaladas tampas herméticas que evitarão a propagação de mau cheiro e risco à salubridade do ambiente.

e) Construção de novo reservatório de esgoto para o edifício das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, que visa solucionar problemas de transbordamento da caixa de esgoto sanitário do edifício, garantindo, assim, o pleno funcionamento das instalações prediais.

19.2 Ações de acessibilidade

a) Programa de acessibilidade a partir do diagnóstico das edificações. Foi realizado levantamento e apresentação de relatório de acessibilidade contemplando as ações para a adequação das áreas externas e internas dos edifícios das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Samambaia e Gama.

b) Substituição de balcões de recepção das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Samambaia e Santa Maria por outros acessíveis para o atendimento a pessoas com deficiência, em razão das alterações da norma de acessibilidade.

19.3 Conforto nos ambientes de trabalho

a) Reforma do primeiro subsolo da Sede, com o objetivo de adequar as instalações para abrigar unidades que se encontravam em edifícios locados, bem como revitalizar as instalações elétricas e hidrossanitárias e adaptá-las às normas técnicas atuais.

b) Implantação de sistema de automação predial nos edifícios das Promotorias de Justiça do Gama e do Paranoá, o que proporciona conforto no ambiente de trabalho, economia no consumo de energia elétrica e maior produtividade com a otimização e integração das rotinas da equipe de manutenção.

c) Adaptação de galpão e recuperação de pavimentação asfáltica do estacionamento de veículos oficiais. As

obras visam adequar as instalações em conformidade com as normas do corpo de bombeiros, implementar as ações de sustentabilidade por meio de sistema de aproveitamento de águas pluviais e revitalizar as instalações elétricas e hidrossanitárias, além de recuperar a pavimentação asfáltica que estava deteriorada;

d) Implantação de layout no segundo pavimento da Sede e nos edifícios das Promotorias de Justiça de Planaltina, Santa Maria e Samambaia, com o objetivo de adequar as divisórias e as instalações elétricas e de rede estruturadas para atender ao novo padrão vigente de estrutura de gabinete;

e) Implantação de sala de amamentação para lactantes para coleta de leite materno;

f) Reforma do refeitório dos terceirizados. A obra teve objetivo de revitalizar e adequar a sala do refeitório e de descanso, realizando melhorias para permitir que os terceirizados tenham um ambiente digno e confortável;

g) Modernização de três elevadores da Sede.

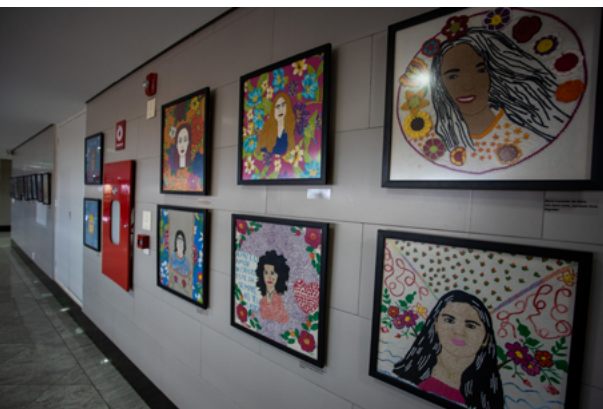
20- Cultura

As atividades culturais promovidas pelo MPDFT são voltadas tanto para o público interno quanto para o público externo. O Espaço Cultural, inaugurado em novembro de 2018, é aberto à população e já recebeu 5 exposições em 2019 e 2020. Outras duas exposições foram realizadas na Sede. Entre as iniciativas da Seção de Cultura (Secult), destacam-se:

a) Exposição Rumos: Foi composta por obras de Waltercio Caldas, Cildo Meireles, Hilal Sami Hilal, Eduardo Sued, Georgia Kyriakakis e Eder Santos, alguns dos grandes artistas plásticos contemporâneos do Brasil na atualidade. Todas as obras foram emprestadas por colecionadores de arte de Brasília;



b) Caminhos para a Criatividade – Geometria Construtiva: Reuniu desenhos, geometrização, abstração e construção de protótipos provenientes de trabalhos abstratos realizados por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB);



c) Projeto Literários Descobertas: Tem como objetivo prestigiar membros, servidores, estagiários e terceirizados do MPDFT que redijam qualquer gênero literário ou textual. Os textos selecionados foram compilados em um livro;

d) Exposição Vidas Bordadas: Em parceria com o Instituto Proeza, a mostra reuniu obras produzidas por 80 mulheres vítimas de violência. Foram 60 autorretratos e três painéis que abordaram a violência sofrida e o fortalecimento feminino, além de chamar atenção para os índices de feminicídio no país;

e) Concurso Literário “60 anos do MPDFT, você faz parte dessa história”: Voltado para o público interno, também faz parte das comemorações de aniversário de 60 anos da instituição. Foram classificadas três dissertações.

21- 60 anos no MPDFT

Marcou o início das comemorações dos 60 anos do MPDFT o lançamento de selo comemorativo em alusão à data em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios).

Outras iniciativas para celebrar o aniversário da Casa:

- a) Concurso literário;
- b) Palestra virtual “Crise e criatividade: combustível para o crescimento”, com o navegador e empreendedor Amyr Klink;
- c) Lançamento do vídeo “60 anos em 60 segundos”;
- d) Lançamento de selo comemorativo;
- e) Concerto da Orquestra Sinfônica;
- f) Publicação da página “Produção Intelectual do MPDFT”;
- g) Publicação de série de matérias históricas;
- h) Exposição “MPDFT – 60 anos de história”.



22- Coronavírus

22.1 Força-tarefa e Gabinete de Crise

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou como pandemia o surto do novo coronavírus (Covid-19). Diante da situação de emergência, o MPDFT criou dois grupos. O primeiro é presidido pela procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, e conta com integrantes da Administração Superior, que atuam na gestão do órgão, na articulação com outras instituições e na análise de estratégias de atuação. O outro é a força-tarefa instituída para acompanhar as providências do poder público em relação à pandemia. Coordenada pelo procurador de Justiça Eduardo Sabo, ela reúne procuradores e promotores de Justiça de diversas áreas, entre elas: saúde, educação, patrimônio público, idoso, meio ambiente, infância e juventude, consumidor, direitos humanos e sistema prisional.



A força-tarefa realizou 113 ações, sendo:

- a) *População vulnerável: 24 ações;*
- b) *Transporte e Patrimônio Público: 21 ações;*
- c) *Saúde: 28 ações;*
- d) *Educação: 7 ações;*
- e) *Sistema Prisional e Segurança Pública: 13 ações;*
- f) *Transparência das informações: 20 ações.*



Equipe da Força-Tarefa durante fechamento do Hospital de Campanha da Covid-19

22.2 Iniciativas voltadas ao público interno

Como forma de garantir o conforto, a saúde e ajudar o trabalho, diversas ações foram tomadas. Merecem destaque:

a) Priorização do teletrabalho e a campanha de engajamento “Continuamos juntos”, para demonstrar que o MPDFT continua ativo e manter um senso de integração e unidade.



b) Disponibilização das plataformas das Editoras Saraiva e Revistas dos Tribunais, possibilitando o acesso remoto a mais de 3.600 novos títulos. Somando-se à Biblioteca Fórum de Livros, estão à disposição do público interno mais de 4.150 títulos de várias áreas do conhecimento, como forma de facilitar a realização das atividades por meio do teletrabalho.

c) Elaboração do Protocolo de Segurança para Manuseio de Documentos Físicos.

d) Digitalização dos processos administrativos. O objetivo é migrar para o Tabularium, os procedimentos que são atualmente gerenciados pelo Sistema de Controle de Processos Administrativos (Sisproad). Além de contribuir com as medidas de prevenção à pandemia do novo Coronavírus, a migração para meio digital finalizará o período de transição dos documentos e processos administrativos do papel para o suporte eletrônico.

e) Atendimento psicossocial para acolhimento e acompanhamento dos integrantes do MPDFT e de familiares com quadro sugestivo ou diagnosticado de Covid-19. Já foram atendidas mais de 100 pessoas.

f) Disponibilização na intranet de vídeos de yôga, musculação e dança, como forma de oferecer e incentivar a prática de exercícios físicos durante o isolamento.

g) Reorganização das rotinas de acesso e controle da presença de servidores, membros e colaboradores nas diversas instalações do MPDFT, visando à continuidade dos trabalhos da instituição.

h) Controle sobre o número de infecções relacionadas à Covid-19 no ambiente de trabalho, visando à desinfecção dos locais de circulação e demais ambientes, sempre observando as regras previstas pelos órgãos de saúde.

i) Elaboração de cartilhas, manuais e informativos de prevenção e segurança durante a pandemia

22.3 *Atendimentos*

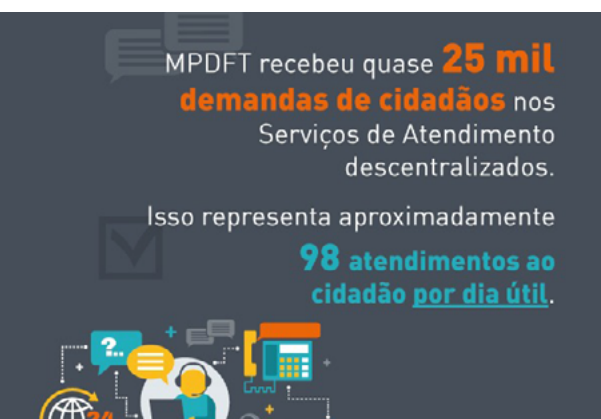
Entre 30 de março e 19 de junho de 2020, foram realizados 8.220 atendimentos ao público pelas Coordenadorias Administrativas do MPDFT, sendo que 98,6%

foram efetuados de forma remota por meio de telefone ou WhasApp. Nesse mesmo período, a área-meio realizou 15.111 atendimentos, sendo 98% remotamente.

Foram elaborados protocolos de atendimento, tanto para casos de violência doméstica e familiar, quanto para ajustar o trabalho e garantir uniformidade no atendimento e o acesso da população ao Ministério Público.

22.4 *Divulgação de ações*

Foram criadas páginas especiais na intranet e na internet para:



- a) Reunir informações ao público interno sobre a doença;
- b) Reunir ações, documentos, notícias e dados epidemiológicos relacionados à atuação da força-tarefa do MPDFT para acompanhamento das ações contra a Covid-19;
- c) Facilitar acesso aos canais de atendimento do MPDFT, tanto os voltados ao público interno quanto ao público externo;
- d) Promover a integração entre servidores do MP, que passaram a atuar predominantemente em regime de teletrabalho. Uma das ações, por exemplo, foi a iniciativa Continuamos Juntos, que contou com a criação de selo digital e de página para reunir imagens e depoimentos dos integrantes do MPDFT sobre a nova rotina de trabalho. Mais de 20 unidades da Casa enviaram registros de atuação e de reuniões virtuais para demonstrar que continuávamos integrados, além dos servidores que compartilharam momentos do teletrabalho.